

O preço da estimação: um estudo de despesas veterinárias como elementos de valorização da existência de animais de companhia¹

The price of petting: a study of veterinary expenses as elements for valorization of the existence of companion animals

Alexandre Werneck

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Ana Paula Perrota

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender a maneira como se efetiva o *valor da existência* dos chamados “animais de companhia” ou “de estimação” a partir da relação entre essa existência e o dinheiro. Com base na análise contrastiva de dois casos representativos de uma pesquisa sobre tratamentos veterinários considerados dispendiosos por “donos”, “tutores”, “humanos”, “pais” de “pets”, discutimos como despesas com a preservação da vida se tornam ao mesmo tempo índices da *valorização* dessas vidas e um desafio moral ligado a uma relação de hostilização com o econômico – por meio da transfiguração de valores quantitativos em signos qualitativos. Essa valorização passa por pensar os bichos de estimação mais do que como simplesmente vidas, vendo-os como “existências”, isto é, como vidas tratadas em termos de sua finitude, a serem valoradas e avaliadas na medida de suas singularidades, diferenças e igualdades e da evitação de seu sofrimento. Combinando uma antropologia das construções de valor dos animais não humanos com uma sociologia pragmática/pragmatista da moral atenta ao pluralismo de quadros de valor e às formas de *efetivação* de ações/situações, discutimos como compõem na interrelação entre dinheiro e existência animal os três fenômenos da questão do valor

¹ Este texto traz resultados das pesquisas “Moralismo e valorações: a crítica ostentatória nas dimensões política e econômica”, financiada pelo CNPq, por meio de sua Bolsa de Produtividade em Pesquisa (Processo nº 312863/2021-7), e “Política multiespécie: relações entre humanos e animais” (sem financiamento).

Recebido em 07 de julho de 2022.
Avaliador A: 04 de setembro de 2022.
Avalador B: 16 de setembro de 2022.
Aceito em 12 de dezembro de 2022.



como conferidor de sentido que nossos trabalhos têm mostrado primordiais, a *valorização*, a *avaliação* e a *valorização*.

Palavras-chave: Valorização, Existência, Animais de companhia, Despesas veterinárias.

ABSTRACT

This article aims to understand how people effectuate the value of the existence of “companion” or “domestic” animals (“pets”) based on the relationship between this existence and money. Its focus is a contrastive analysis of two representative cases of research on veterinary treatments considered expensive by “owners,” “guardians,” “humans,” or “parents” of “pets.” We discuss how expenses with the preservation of life become, at the same time, indexes of the valorization of these lives and a moral challenge related to a hostile relationship with the economy – through the transfiguration of quantitative values into qualitative signs. This valorization involves thinking about pets as more than mere lives, seeing them as “existences,” that is, as lives treated in terms of their finitude, to be valued and evaluated in terms of their singularities, differences, and equalities, with the intention of avoiding their suffering. To do that, we combine an anthropology of the construction of value of non-human animals with a pragmatic/pragmatist sociology of morality attentive to the pluralism of value frameworks and to how actions/situations are effectuated. Our work have shown that three phenomena are fundamental in the question of value as a device for offering meaning: valuation, evaluation, and valorization. We thus discuss how the interrelationship between money and animal existence express those phenomena.

Keywords: Valorization, Existence, Companion animals, Veterinary expenses.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender a maneira como atores sociais efetivam o *valor da existência* dos chamados animais “de companhia”, “de estimação” ou “domésticos” a partir da relação entre essa existência e o dinheiro. Com base na análise contrastiva de dois casos representativos de uma amostra de tratamentos veterinários considerados dispendiosos pelos próprios “donos”, “tutores”, “humanos” ou “pais” de “pets”, ampliamos um modelo heurístico

para pensar como despesas com a preservação da vida se tornam ao mesmo tempo índices da *valorização* dessas vidas – no caso das “espécies companheiras” (Haraway, 2021, 2022) ou dos “animais que amamos” (Mazon, 2020) – e desafio moral ligado a uma relação de hostilização com o econômico (Zelizer, 2011; Abercrombie, 2020) – por meio da transfiguração de valores quantitativos em signos qualitativos. Essa valorização – isto é, a explicitação e/ou ampliação do valor de algo – passa por pensar os bichos de estimação mais do que como simplesmente vidas (biológicas), vendo-os então como “existências”, ou seja, como presenças no mundo tratadas em termos de sua finitude, a serem *valoradas* e *avaliadas* por conta de suas singularidades, diferenças e igualdades, evitando seu sofrimento (Williams, 1982) e implicando uma relação com a dignidade. Combinando uma antropologia das construções de valor dos animais não humanos (Perrota, 2015) com uma sociologia pragmática/pragmatista da moral atenta ao pluralismo de quadros de valor (Boltanski; Thévenot, 2020; Heinich, 2017) e às formas de *efetivação* de ações/situações (Werneck, 2012, 2023a, 2023b), pretendemos entender como compõem na interrelação entre o dinheiro – ficha simbólica com a pretensão de expressar ao mesmo tempo o valor de algo e a liberdade agencial oriunda de sua posse (Simmel, 2011, Zelizer, 2017) – e a existência animal os três fenômenos da questão do valor como algo capaz de conferir sentido e que nossos trabalhos têm mostrado primordiais (Weber, 1947), a *valoração*, a *avaliação* e a *valorização* (Porto; Werneck, 2021, p. 569-570):

- i. *valoração*: a qualificação interpretativa de [*seres*] segundo quadros valorativos (isto é, a escolha do critério de interpelação da efetividade de algo – ou seja, apontando em que termos algo é [um] bem, é bom);
- ii. *avaliação*: a ponderação da magnitude do peso de algo segundo um valor (isto é, a medida do quanto algo A vale em termos de valor B) e a comparação ponderada entre diferentes coisas segundo esse mesmo critério (isto é, a definição de que coisa, C ou D, apresenta mais do valor B, sendo mais valiosa que a outra segundo esse parâmetro);
- iii. *valorização*: a ampliação e/ou o reconhecimento do valor de algo segundo o critério eleito na valoração (isto é, o quanto E pode passar a ser mais valioso, tendo isso sido notado ou não, tendo acrescentado a si mais de valor B).

Nesse último trabalho citado, um de nós e uma colega (Porto; Werneck, 2021) propõem um enquadramento da relação entre valor e existência com ênfase no modo como atores sociais *valorizam* existências – e, conseqüentemente, seres específicos como tais. O trabalho permitiu esboçar um quadro heurístico de *regimes de valorização da existência* em que duas competências se espriam, um *regime da vida em si* (centrado na vida como dado) e um *regime biográfico* (concentrado na vida como história). No primeiro, o que torna a existência mais valiosa é sua inserção no reconhecimento da vida como algo a ser valorizado por si mesmo – equalizando o ser em questão a vidas em geral e apelando a uma gramática do universal

(Boltanski, 1993; Fassin, 2012; Honneth, 2009); no segundo regime, a história de vida do ser em questão (ou pelo menos a do caso em torno do qual seu valor esteja sob escrutínio) é o que o valoriza – singularizando-o em relação a vidas em geral e apelando a uma gramática do singular (Boltanski, 1990; Heinich, 2022; Karpik, 2010; Werneck, 2012).

Aqui, tiramos proveito desse quadro para reconhecer em nossos casos uma complexificação do citado regime biográfico: as observações apresentadas neste texto mostraram uma forma de valorização de um ser não humano por meio de um duplo movimento de integração biográfica. Para compreendê-lo, foi preciso lançar mão de uma leitura mais complexa da questão da agência. Primeiramente, adotamos uma teoria de agência buscando ultrapassar a clássica dicotomia agente x estrutura como elementos fixos em oposição, em favor de uma sociologia dos *agenciamentos* (Werneck, 2022; Werneck; Noel, 2019), isto é, das formas segundo as quais os “personagens” da vida social – sejam eles micro sejam macroatores (Callon; Latour, 1992) – efetivam suas movimentações em uma dinâmica de relação com o espaço e o tempo sociais (Emirbayer; Mische, 1998). Em segundo lugar, mobilizamos uma abordagem *actancial*, segundo a qual os seres são pensados como *actantes* (Greimas, 1976; Latour, 1997), ou seja, como os elementos *decisivos* (e não apenas decisórios) de uma situação. Por fim, adotamos uma perspectiva em que os agenciamentos (Despret, 2013) são pensados como relações em que humanos e não humanos têm poder tanto para afetar quanto para ser afetados. Nesse sentido, o entendimento clássico do conceito de agência com o agente como ator centralmente racional é substituído pela compreensão da agência como a capacidade não apenas de fazer outros fazerem, mas de incitar, inspirar ou demandar deles que façam (Despret, 2013). Consideramos em nossos casos que humanos e seus animais de companhia constituem afetos ativos em termos do poder de oferecer a outro ser o poder de afetá-lo, de modo que a agência conecta e articula realidades compostas relacionalmente por seres de diferentes espécies.

Desse modo, de um lado pode-se ver nas narrativas humanas de justificação da valorização do animal de estimação sua integração à biografia do humano, tornando-o um personagem das histórias das pessoas; de outro, as mesmas histórias e mais um conjunto de inferências actanciais delas oriundo permitem enxergar uma integração do humano a uma, chamemos assim, *biografia animal*, cuja escrita é expressada pelas várias formas de agenciamento por meio das quais o animal demonstra acolher o humano em seu mundo. Assim, em nossa análise, uma integração biográfica mútua (e relacional) tem papel central na forma de relações interespecíficas não apenas como modo de representação. A ideia é pensar, portanto, o valor da existência da vida animal como dado a partir de um cálculo que considera uma convivialidade multiespécie. Os animais de companhia têm aqui sua existência valorizada por sua integração plena à biografia

do acompanhante (denominado contextualmente pelos próprios humanos como “dono”, “tutor”, “humano [*do animal*]” ou mesmo “mãe” e “pai”).

Para apresentar o argumento, trazemos neste texto duas histórias representativas de uma pesquisa baseada em entrevistas compreensivas (Kaufmann, 2013) em profundidade e centrada na ideia de estudo de caso (Ragin; Becker, 1992)². Em todas elas, pessoas se depararam com o desafio de equacionar em suas vidas econômicas e emocionais um gasto inesperado e agigantado – *vis-à-vis* seus orçamentos cotidianos – provocado por um problema de saúde de seu(s) animal(is) de companhia que poderia levá-los à morte ou à incapacitação sem o tratamento³. Essa estratégia de apresentação visa a explicitar, pela dinâmica de reconstituição dos casos, como os atores sociais prestam conta, apresentam *accounts* (Scott; Lyman, 2008) morais e econômicos (isto é, valorativamente), para si mesmos e para os outros, de uma ponderação de gasto inesperado da ordem de milhares de reais, por vezes comprometendo uma parcela expressiva de seus orçamentos, quiçá de suas poupanças, com uma vida não humana. Também explora como eles se colocam diante da decisão de efetivar essa despesa, considerando tanto a escassez de recursos quanto a pergunta, por vezes recalcada, por vezes ouvida dos outros – em uma chave muitas vezes *moralista*, adotando uma posição valorativa fechada à moralidade de outrem (Werneck, 2021) –, por vezes ainda levantada apenas para si, sobre a legitimidade de tamanho gasto com um não humano (como veremos, algo não tratado como dado por quaisquer atores sociais, especialmente os não envolvidos em relações multiespécie).

Os casos aqui apresentados são representativos de algumas diferenças marcantes transversais a vários pontos da amostra, mas ainda assim são capazes de explicitar os elementos comuns na relação humano/animal de companhia no tipo de situação definidora a que nos ativemos, a da *decisão sobre o atendimento médico dispendioso*. De um lado, temos uma família de classe baixa de uma cidade interiorana, residente em uma casa com quintal e sem crianças; de outro, uma família de classe média de um bairro abastado de uma capital, moradora de um apartamento e com filhos pequenos e uma filha adulta. No primeiro caso, cinco animais, todos cães, no geral nascidos na casa, de convivência diversificada naquele espaço; no segundo,

2 Os casos foram recolhidos em bola de neve, a partir de algumas histórias conhecidas em sondagens exploratórias, o que demonstra uma forte propensão aos donos de *pets* a formar redes de informação e a recorrência das problemáticas de saúde dos animais de companhia.

3 Neste artigo privilegiamos os casos em que os “donos” efetivamente levaram a cabo o gasto com o tratamento dos animais de companhia. Partindo da premissa de que a disponibilidade de tratamentos veterinários complexos e dispendiosos para animais de estimação aliada ao desejo de prolongamento da vida animal é um fenômeno recente, o que faz da efetivação do gasto uma escolha, a eutanásia e mesmo a decisão de não aderir ao tratamento fazem parte de horizontes possíveis. Nesse caso, situações em que os donos não se propuseram a pagar ou estabeleceram um limite de gastos não foram consideradas objetos de nossas análises e ultrapassariam os limites deste artigo.

apenas uma gata adotada, em uma dinâmica relacional mais concentrada. Nossos interlocutores diretos também se diferenciam individualmente: de um lado, uma jovem negra na casa dos 20 anos, estudante de pós-graduação e solteira, que mora com os pais e com uma irmã de idade próxima; de outro, um homem branco na casa dos 40 com doutorado, casado pela segunda vez, com filhos, carreira consolidada e estabilidade no emprego.

As histórias trilham caminhos congruentes com essas disposições de base, mas ao mesmo tempo se espriam pelos dispositivos situadamente construídos por seus percursos próprios – estejam estes nas dinâmicas sanitárias específicas estejam nas peculiaridades de cada animal – e permitem enxergar uma gramática da valorização da existência comum. Cabe ressaltar que essa gramática não se constitui sem tensões na hora da tomada de decisão. A compreensão sobre a relação entre valor da existência e dinheiro passa pela busca por apreender os critérios avaliativos que levaram à decisão de assumir tais gastos. Partimos, então, da ideia de que o valor, em transações econômicas, conta com uma conotação dupla: é uma concepção tanto econômica quanto moral (Abercrombie, 2020; Heinich, 2017; Rezsóhazy, 2006; Stark, 2009). E como será discutido, na relação entre valor da existência da vida animal e dinheiro está em jogo uma nova questão com a qual as sociedades urbanas e industriais passaram a ser confrontadas nas últimas décadas: a de um valor humanitário para não humanos, implicando a ideia de preservação da vida animal (Bargheer, 2018, 2022).

A questão do valor da existência da vida animal – que também pode ser compreendida como um modo de cuidado humanitário (evitar o sofrimento, prolongar a vida) – dialoga com os estudos sobre direito animal e com a sociologia e antropologia da moral e das emoções. Essa questão, em primeiro lugar, usualmente desloca para a problemática da vida animal um verdadeiro espelho da questão do reconhecimento (Honneth, 2009), conforme traz a discussão do valor social do animal como um “Outro” equiparável em dignidade. Em segundo lugar, traz da questão humanitária a dinâmica da operação prática da piedade como forma política (Boltanski, 1993; Fassín, 2012). Esse quadro permite pensar como o sofrimento animal se enquadra em uma mecânica emocional de singularização e valorização das vidas em dois diferentes planos: de um lado o do par justiça/piedade ligado à dinâmica do bem universalizado direcionável a qualquer indivíduo da espécie (Arendt, 2011)⁴; de outro, o da compaixão e do carinho/cuidado, ligado à dinâmica do bem particularizado direcionável a indivíduos singulares na medida

4 Parte dessa discussão interpreta certos tratamentos normalizados dispensados a animais, notadamente os de corte, como tortura (Perrota, 2015), abrindo a caixa-preta do próprio termo, inclusive do ponto de vista jurídico (Cruz, 2019; Jesus; Gomes, 2021).

de sua especificidade⁵. Aqui, procuramos pensar como o bem-querer por certos animais em determinados contextos se integra aos desafios morais ligados à gestão do dinheiro, levando a sério a tensão provocada pelo investimento requerido para a preservação de uma existência como uma questão colocada a si mesmo em momentos de definição radical – especialmente envolvendo a possibilidade de morte.

Embora o termo “animal” seja uma categoria englobante de potencialmente milhões de espécies (Mora *et al.*, 2011), inclusive a humana, as múltiplas relações por nós estabelecidas com os diferentes animais domesticados demonstram vínculos, moralidades e epistemologias que não nos permitem falar dos animais de forma geral – impondo inclusive a nossa separação. Como consequência, de fato há diferentes terminologias para exprimir as diferentes espécies indicando nossa relação com elas, como “animais de companhia”, “animais de produção”, “animais de laboratório”, “animais de entretenimento” etc. Neste trabalho, como já dissemos, privilegiaremos a relação com os chamados animais de companhia ou estimação.

Segundo dados do IBGE (2018), o Brasil é o país com o segundo maior número de animais desse tipo. São 139,3 milhões: de animais 54,2 milhões de cães, 39,8 milhões de aves, 23,9 milhões de gatos, 19,1 milhões de peixes e 2,3 milhões de outras espécies (répteis, anfíbios e pequenos mamíferos). Esses números apontam para uma presença de cães e gatos nos lares brasileiros maior do que a de crianças. E essa vasta presença vem acompanhada de um mercado de produção, consumo e serviços, incluindo a venda dos próprios animais (Mazon, 2020). Esse mercado abrange desde itens de consumo (notadamente de alimentação) para os *pets* até creches e *spas* destinados exclusivamente a eles, além, evidentemente, de serviços veterinários. Segundo informações publicadas pelo jornal *Valor Econômico* (Salles, 2021), em 2020 o chamado mercado de *pets* faturou R\$ 40,8 bilhões. Desse montante, R\$ 7,3 bilhões correspondem ao faturamento de clínicas e hospitais para eles voltados.

Essa presença quantitativa de bichos de estimação entre as famílias brasileiras se dá concomitantemente a uma dimensão qualitativa, expressando dois movimentos: de um lado, uma defesa cada vez mais “humanitária” dos animais como sujeitos de direitos, sem restrição aos animais de estimação; de outro, a expressão cada vez mais inscrita na vida cotidiana do

5 Trata-se da diferença expressada – como mostra Boltanski (1993) por meio da parábola do bom samaritano – entre ver um pedinte e desenvolver compaixão momentânea por ele e oferecer uma esmola e, por outro lado, ver o mesmo pedinte e, entendendo-o como representativo de uma categoria de sofredores (digamos, “as pessoas em situação de rua”), mobilizar-se politicamente por uma causa de “política de piedade”. A equação emocional aqui em jogo inclui ver seu próprio filho com fome e, movido pelo carinho e pelo cuidado, dar-lhe o que comer. Em nosso caso, evidentemente, podemos mobilizar a diferença entre encontrar um cão ferido na rua e, por compaixão, levá-lo ao veterinário; alistar-se por piedade em uma ONG de defesa animal; e, por fim, ao chegar em casa, encontrar seu próprio cachorro de estimação triste e lhe fazer um chamego.

afeto dos humanos por eles. No primeiro caso, não podemos deixar de tratar do engajamento dos chamados defensores dos animais, bem como de seus chamados protetores, que dão existência ao que podemos identificar como uma questão ética animal. De diferentes maneiras, esses grupos, que podem ser interpretados como “empreendedores morais” (Becker, 2008), colocam em xeque como a vida de animais, em geral, e de animais domésticos, em particular, são valorizadas e tratadas, promovendo uma transformação moral (Bargheer, 2018). Seja por meio da reivindicação de que essas criaturas sejam consideradas como um fim em si mesmo, segundo pressupostos humanistas tratados como uma “humanidade estendida” (Perrota, 2015) para não humanos, seja pela perspectiva de que sejam manejados por meio de uma “posse responsável” (Osório, 2013), esses grupos reivindicam um tratamento aos animais que podemos considerar inédito, na medida em que um considerado descaso com suas vidas é rechaçado, o que leva à contestação de práticas como a eutanásia – solução por vezes aplicada diante de tratamentos veterinários mais complexos (Perrota, 2022).

No segundo caso, o registro do afeto tem deslocado os animais de companhia para a condição de familiares, promovendo transformações inclusive na área do direito de família – como no caso da “doutrina da família multiespécie”, já ativa na jurisprudência brasileira (Nave; Varela, 2018). Certamente a atuação da primeira frente transformou, direta ou indiretamente, a cultura comum dos humanos que incluem animais de estimação em suas vidas, tornando a ideia de “posse responsável” um novo elemento nessa relação. Nesse sentido, uma parte da problemática instituída neste artigo insere-se (ainda que não diretamente, em razão da abordagem que escolhemos) no campo de estudos chamado relações humano-animais. Nos últimos anos, mais particularmente na antropologia, as ciências sociais têm discutido em termos epistemológicos e metodológicos a separação entre natureza e cultura e, por conseguinte, a relação entre humanos e animais. No Brasil, diversos autores (Sá, 2006; Segata, 2012; Osório, 2013; Perrota, 2015; Velden, 2010) mostram interesse nos animais a partir de uma perspectiva analítica que consiste em pensá-los como constituintes de uma sociabilidade mais que humana. Para tanto, prestam atenção a múltiplos contextos empíricos e situações sociais envolvendo humanos e diferentes espécies animais.

Em vista disso, o enfoque dos animais domésticos neste artigo se dá a partir de uma reflexão sobre a relação entre humanos e seus animais de companhia diante dos serviços médicos veterinários disponíveis. A máxima do senso comum de que “a vida não tem preço” passou a ser acionada também para se referir aos animais, mas trataremos aqui de pensar que sim, pelo menos como metonímia, a vida tem um preço, e o objetivo é saber como esse preço se efetiva como operação de valoração não apenas monetária, mas também moral.

A justificativa dessa despesa não vem sem um trabalho de valoração e ponderação e não se esgota em uma suposta obviedade de seu caráter incontornável. De um lado, o fato de o animal “ser da família”; de outro, o orçamento familiar; e, nessa combinação, a perspectiva de que animais não são humanos – enraizada há gerações, embora em atual relativização, especialmente nas chamadas camadas médias, mas não apenas. Isso faz com que os atores pensem o dinheiro ao mesmo tempo como um obstáculo para a valorização da existência – e, portanto, um ruído no tratamento da vida como algo sagrado (Abercrombie, 2020) – e como um índice dessa valorização, já que ele passa a comparecer nas justificativas como “prova de amor” ou “recurso de salvação”, expressando também o peso moral do dinheiro nas vidas das pessoas (Abercrombie, 2020; Wilkis, 2013; Zelizer, 2005).

F, VALENTINA E VALDECIR (ALÉM DE NINO, ANTÔNIO E LOIRA) ⁶

F e sua família experimentaram dois sustos médicos e orçamentários próximos com seus animais de estimação. Moradora de Três Rios, município de cerca de 80 mil habitantes da Região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro, a pós-graduanda de 25 anos vive em uma casa com quintal juntamente com seus pais, sua irmã e mais cinco cães (eram seis até 2021): Nino, Antônio, Valentina, Valdecir e Loira. Apenas a última foi incorporada vindo de fora, tendo sido resgatada na rua. Os outros nasceram na casa, em um movimento contínuo de gerações – Antônio, aliás, é pai de Valentina e Valdecir; Nino, tio delas. Nina, a mãe, era a sexta integrante da matilha, e faleceu no ano anterior, idosa. De fato, os primeiros animais castrados da história da família foram as duas cadelas mais novas, nossos focos de atenção. No caso de Valentina, ou Val, como é apelidada por F, a castração se deu cerca de um mês e meio antes de nossa entrevista, na esteira de outro problema clínico: surgiu um “caroço” em sua barriga e, na clínica veterinária, foi diagnosticada uma hérnia.

A indicação seria cirúrgica, e a família começou a se organizar para realizar o procedimento: F conta que, como o problema não foi considerado grave no momento da descoberta e Val não sentia dor, ponderou sobre as complicações de um adiamento até que a realização se tornasse incontornável. Mas a hérnia rapidamente se desenvolveu, e, durante uma forte crise de dores,

⁶ Desidentificamos os humanos, apresentando apenas suas iniciais. Mantivemos, entretanto, os nomes dos animais de companhia, que comparecem por vezes como dispositivos nas construções dos entrevistados.

a jovem levou a cadela ao veterinário e consentiu com a intervenção de maneira emergencial, como preconizada no atendimento. No ultrassom de diagnóstico, entretanto, além se ver que a protusão era no intestino, percebeu-se uma complicação uterina, motivo que levou à castração em regime de emergência. Até então, os maiores gastos com os animais da casa eram com comida, um dispêndio mensal com sacos de 20kg de ração (cujo preço varia entre R\$ 60 e R\$ 110). Em 20 anos de relação com os cães, nunca houve uma emergência médica. Naquele momento, entretanto, nossa entrevistada e sua família foram confrontadas com a necessidade de realização de uma cirurgia que custaria R\$ 1,8 mil, dinheiro que foi sacado de suas reservas destinadas para situações emergenciais – que, como observamos, incluíam ou passaram a incluir também os animais.

Cerca de um mês depois, entretanto, o outro “baque”: o acidente com Valdecir. O quintal da casa é, como dissemos, espaçoso, e os cães transitam ali livremente. O pai da entrevistada construiu três canis na área, nos quais se revezam alguns dos animais da residência. Como explica a jovem, ficam no canil aqueles que preferem esse espaço ao quintal ou ao interior da morada. Em uma tarde, semanas depois da cirurgia de Val, Valdecir estava correndo sobre a laje de um dos canis, errou o passo e caiu de cerca 3,5m de altura. Foi levada à veterinária que havia feito a cirurgia de sua irmã mais velha, e a radiografia permitiu constatar duas fraturas na pata: seria necessária, como no outro caso, também uma intervenção cirúrgica, para colocar chapas fixadoras nos ossos.

A conta, somando consultas, cirurgia, anestesia, ultrassom, radiografia etc.: R\$ 3,6 mil. F diz que o parcelamento da despesa oferecido pela veterinária foi essencial para viabilizar a operação – até porque já houvera gastos de mesma ordem do mês anterior. Ainda assim, o procedimento foi consentido sem qualquer questionamento, já que segundo ela tratou-se de “um problema muito sério”. Assim, algum cálculo sobre fazer ou não fazer rapidamente se deslocou para o peso da possível perda dos movimentos e talvez para um desenvolvimento que poderia levar à morte de Valdecir, que, embora fizesse parte de um conjunto de cinco cães, tinha sua singularidade:

Apesar de serem muitos [*animais*], a gente trata como família. Especialmente por serem todos nascidos aqui; [*de*] todos a gente viu o nascimento. O Antônio, pai da Valentina, vimos nascer; depois, vimos a Valentina nascer, então temos esse carinho muito grande. É uma questão familiar, então, principalmente por esse histórico que temos com eles, de estarmos bem perto da vidinha deles. [*Fazer o esforço para as despesas médicas é*] a mesma medida que eu adotaria se alguém da minha casa tivesse passado por algo assim (F, 2022).

Poderíamos afirmar que cinco cães são muitos, mas que ela conhece suas histórias,

sabe explicar seus nomes, descrever seus temperamentos, suas manias. A construção dessa singularidade por meio de uma interrelação multiespecífica permite a observação das características de cada um, o que se espalha pelas expressões da jovem, com risos e outros sinais mnemônicos. No momento da conversa, as duas cadelas estavam bem, em processo de recuperação, e é por isso que F se permite fazer exercícios de memória sobre o suplício passado por elas. Ela vai costurando o sentido das existências de seus cães, esforçando-se para minimizar a despesa diante da importância de Valdecir, o animal dentre os cinco cuja biografia está mais centralmente imbricada com a sua.

Considerando que o sentido de um gasto monetário tido como alto para um tratamento médico veterinário não seria livre de tensões para o dono, para familiares e atores externos (como vizinhos, amigos ou parentes), propusemos aos entrevistados o exercício de se imaginar tendo que pedir a quantia relativa à despesa médica a alguém, implicando a necessidade de justificá-la para outra pessoa não interessada em tal gasto. O centro da resposta de F, em certa revelia do exercício, se fundamenta no caráter evidente de qualquer despesa médica que seja:

Eu diria que preciso desse dinheiro porque... Para mim é tão louco ter que explicar a importância do dinheiro para a cirurgia de um cachorro, para mim isso é tão óbvio... Para mim bastaria dizer: preciso desse dinheiro para a cirurgia de minha cachorrinha, porque ela corre o risco de ficar sem andar e ela precisa, porque é uma cachorrinha que gosta de correr no espaço dela (F, 2022).

Ela, entretanto, demonstra uma compreensão contextual das tensões em torno do valor da existência da vida animal logo de partida, pois sua primeira resposta indica uma percepção de que o possível interlocutor não compartilharia do mesmo entendimento. F então constrói sua justificativa por meio da adoção de uma postura estratégica:

Para evitar que a pessoa negasse o dinheiro eu falaria assim: que foi emergência na família... Acho que seria esse o nome [*que daria à despesa*], pediria emprestado esse valor por uma questão de saúde na família (F, 2022).

O modo como F recorre a uma estratégia, omitindo o beneficiário final do possível empréstimo, nos indica que a valorização da existência da vida animal passando pelo dinheiro é permeada por tensões tanto morais quanto econômicas. A jovem se mostra consciente de que o que é óbvio para ela – cuidar de seu animal *custe o que custar*, pois, como explicou, trata-se de “perder um amigo que participou da tomada de muitas decisões [*suas*] no lugar de ouvinte” – não é óbvio para qualquer um. A tática demonstra, portanto, o entendimento de se ver mergulhada em um mundo de posições morais e sistemas de valorização de diversos matizes, na medida em que o que é valioso não é óbvio nem imutável (Stark, 2009).

O AMOR DE AMORA E A FAMÍLIA A

Diferentemente dos cães de F, que a conhecem desde a infância, Amora chegou à casa da família A no começo de 2021, depois do primeiro ano de pandemia de covid-19 e muito debate. A “gatinha”, como eles se referem recorrentemente à felina, adotada aos três meses de idade, veio após um período de reflexão de L, pesquisador, e sua esposa, psicóloga, diante dos pedidos por um animal de estimação dos dois filhos menores, especialmente da caçula, na época entre os 7 e os 8 anos, que “pesquisava o tempo todo na internet” a respeito – com o apoio do irmão, na época com 10 anos. Ao coro juntou-se a filha mais velha, do primeiro casamento de L e já na casa dos 20 anos, que se divide entre duas residências. A conclusão foi que, com a reclusão por conta do problema sanitário, a presença de um animal seria positiva para as crianças. E eles se decidiram por um gato, considerando a “maior praticidade”: os felinos seriam mais fáceis de cuidar do que cães, mais fáceis de manter no apartamento da família, em um bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro. Pelo menos era nisso que acreditavam.

No dia da escolha do animal, foram todos juntos a um posto de adoção mantido em um *petshop* da Barra da Tijuca, bairro nobre da Zona Oeste carioca, e rapidamente chegaram ao consenso sobre ela – e sobre o nome, Amora, que permitia o trocadilho com o sobrenome deles, principalmente no diminutivo. Embora o registro do afeto esteja sempre presente nas falas – especialmente da parte de L, que se atribui o lugar de mais próximo da amiguinha, tanto no que diz respeito a sua preferência quanto à dela –, a presença da gata nas vidas deles é reflexivamente justificada pela referência a seu caráter por um lado clínico e por outro pedagógico: ela seria importante para o equilíbrio emocional das crianças confinadas e por se oferecer como dispositivo para o aprendizado do cuidado, do carinho com um ser vivo etc. L adota a própria experiência de “dono de cachorro” na infância e na juventude, quando conviveu com Ane, uma cadela que chegou a viver duas décadas: essa convivência é tida como um exemplo da efetividade da experiência, porque ela o teria ensinado tais sentimentos e valores.

Pois estava tudo muito bem até que a gata, pouco depois de fazer um ano e cerca de um mês após ser castrada, começou a ter crises de vômito recorrentes. Ela foi então levada à mesma clínica veterinária que realizou sua castração, processo que já fora custoso financeira e emocionalmente, já que teve complicações. Mas a família decidiu por uma clínica mais distante, em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, como estratégia de redução de gastos. A castração custou entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil, além de implicar atenção redobrada em termos de cuidado por pelo menos dez dias, com o uso de uma roupa especial para que Amora não

retirasse os pontos.

Nesse segundo evento, foi realizada uma bateria de exames para investigar as crises de vômito e a ultrassonografia mostrou que Amora tinha um cálculo no ureter, condição rara em felinos jovens. A pedra impedia a passagem de urina para a bexiga, impondo uma recirculação do líquido pelos rins, comprometendo-os cronicamente. A clínica recomendou a procura por um nefrologista veterinário, o que os levou, por um lado, a pesquisar sobre o assunto na internet e com donos de gatos – e os fez saber que esses problemas renais são recorrentes em felinos domésticos –, e, por outro, os fez chegar a uma clínica localizada em uma *petshop* em outro bairro da Zona Sul. A médica, especialista como foi indicado, disse ser um caso grave, solicitou a internação do animal e a feitura de outros exames: radiografia, ultrassonografia, sangue e urina. Eles confirmaram o quadro e ainda mostraram que Amora seria paciente renal crônica para o resto da vida.

Diante desse diagnóstico, foram apresentadas duas possibilidades de tratamento: a primeira com remédios, implicando a torcida para que o cálculo se dissolvesse por si só, algo muito improvável, tornando o prognóstico bastante desanimador; a segunda seria uma cirurgia de colocação de um “duplo J”. Essa técnica, usada inclusive em pacientes humanos, consiste na inserção de um finíssimo cateter de poliuretano pelos canais comprometidos para permitir a retomada do fluxo interrompido pelo cálculo. A peça, de introdução muito complexa em um paciente daquele tamanho, que se estenderia por várias regiões do corpo, deveria ficar na gata por um ano até ser retirada, impondo outra série de cuidados – sem contar a despesa da retirada em si. Em meio a essa questão de vida ou morte de Amora, ativa-se, então, o modo calculativo da família A:

A notícia do custo não vem de uma vez, vem por etapas. Quando ficou claro que era grave, começamos a ver que o custo seria maior. No começo você vai achando que vai pagar uns R\$ 200, R\$ 300 de consulta, mais um remédio de outros R\$ 300 e, mesmo sendo imprevisto, acaba ali. Mas quando se falou na cirurgia, a coisa mudou de figura (L, 2022).

A “figura” mudada significava uma despesa total que variava entre R\$ 12 e R\$ 15 mil, totalizando exames, internação, anestesia e a cirurgia propriamente dita:

E isso para uma incerteza muito grande, porque ela podia morrer na mesa de operação, podia não sobreviver ao tratamento. Imagine gastar isso tudo e perder a gatinha.

Diferentemente do modo como esse dilema se colocaria para os filhos mais novos, que, segundo a consideração de L, diriam simplesmente “Tem que salvar a bichinha”, ele, a

esposa e a filha mais velha conversaram para avaliar o que fazer. Como havia a possibilidade de parcelamento da despesa em 12 vezes, o tratamento se tornava mais factível, mas ainda assim era um gasto considerado enorme. Começaram a fazer contas para reduzir despesas: aficionado por vinhos, L aceitou reduzir seus gastos com a enologia. A filha mais velha se dispôs a abrir mão da parcela de sua mesada destinada à diversão. Cada um fez sua parte, renunciando a interesses particulares, para dar conta de um dinheiro cujo valor numérico parecia ao mesmo tempo se intensificar e desaparecer na palavra “muito”. Mas a ponderação os levou a outras variáveis. L se remete mais uma vez à participação da existência de Amora na biografia das crianças:

Você faz um cálculo de um custo que não é apenas financeiro, mas também emocional. Estávamos numa pandemia, as crianças em casa e preocupadas, tudo acontecendo de forma danosa e grave, isolamento etc. Haveria um custo enorme com as crianças no caso de ela morrer (L, 2022).

Decidiram fazer a cirurgia. No dia, o procedimento durou cerca de 5h. Amora despertou bem da anestesia e voltou a urinar, mostrando ter sido resolvida a condição mais urgente e grave. No pós-operatório, novas despesas e exigências se impuseram, aparentemente também se misturando no amplo pacote da palavra “dificuldades”. Por um lado, seria necessário aplicar soro subcutâneo várias vezes por semana, idealmente todos os dias, mas L explica que eles não conseguiam fazer isso, porque a aplicação dependeria de um profissional, e eles só conseguiriam fazê-lo uma vez por semana. Tentaram facilitar e baratear a aplicação, levando a gatinha a uma clínica mais próxima de sua casa e com custo menor, mas acabaram por optar pelo primeiro local, ainda que mais distante e dispendioso: na clínica mais próxima, a aplicação levou o animal a um sofrimento não presente na outra. Segundo L, o soro não foi aquecido para a realização do procedimento, como era feito até então, provocando o problema.

Cabe ressaltar ainda que, como Amora se tornou paciente renal crônica, teve que passar a se alimentar com uma ração especial, de três a quatro vezes mais cara que a alimentação normal. Além disso, a família acrescenta sachês de comida líquida para aumentar a hidratação, mais uma despesa, além de outras para fazê-la tomar mais água. Após algum tempo, a gata continuou apresentando problemas na urina e passou a ser atendida no Hospital Popular de Medicina Veterinária, em Botafogo, que também conta com nefrologista e tem consultas mais baratas. Havia ainda a expectativa de retirada do duplo J quando o procedimento completasse um ano, o que custaria entre R\$ 2 mil e R\$ 3 mil. A despeito de todo esse esforço emocional e econômico que não cessou, no entanto, a efetivação do valor da existência de Amora por meio do dinheiro continua válida:

Mesmo que ela venha a morrer agora, não me arrependo absolutamente de ter gastado nenhum centavo, porque esse um ano que a gente ganhou com a Amora já valeu a pena, especialmente pelo que ela nos trouxe de convivência em família. E mesmo que ela venha a morrer logo, faz parte do aprendizado das crianças aprender sobre a morte... O amor, o carinho, o cuidado, nesse sentido também, de perder (L, 2022).

E a racionalidade do cálculo faz L reintroduzir a economia afetiva, mais uma vez remetendo ao modo como Amora afeta seus filhos:

Agora, um ano depois, a discussão muda bastante de figura: se agora chegarem à conclusão de que ela precisa fazer outra cirurgia grave, que vai custar R\$ 15 mil, a gente vai dizer: “Olha, infelizmente não é possível”. Mas agora as crianças estão mais a par dos riscos, de modo que o custo emotivo é menor. Eu mesmo estou mais preparado, sei que é uma paciente renal crônica, de dois anos, e que não espero que ela vá viver 15, 16 anos, como normalmente esperaria. E isso tudo faria diferença no que estaríamos dispostos a gastar (L, 2022).

Diante do exercício do pedido de empréstimo para a despesa médica, L, como F, adota a perspectiva de que o emprego de dinheiro no tratamento de saúde de um bicho não seria necessariamente bem aceito fora de seu contexto. Foi então categórico: “Se não tivesse o dinheiro, não pediria a alguém”. Estimulado a trabalhar apenas no plano hipotético, ele também demonstra a necessidade de ser estratégico:

Hipoteticamente, dependeria de para quem eu pediria. Você, para pedir dinheiro, [...] sempre usa as melhores ferramentas disponíveis. Mas acho que como só pediria para alguém da família, [e] o argumento seria o do efeito sobre as crianças (L, 2022).

Embora ter um bicho como parte da família apareça para os dois entrevistados como algo óbvio, ambos expressam que esse tipo de vínculo não seria considerado do mesmo modo por atores distantes dessa convivência multiespécie. L sugere que mesmo seu sogro, que cresceu em uma fazenda, mas nunca teve um bicho de estimação, não emprestaria o dinheiro “pelo bicho”, sendo necessário justamente o argumento do papel de Amora nas biografias das crianças para convencê-lo.

A VALORIZAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO ANIMAL DE COMPANHIA A PARTIR DA MÚTUA INTEGRAÇÃO BIOGRÁFICA E A CONVERSÃO DO DINHEIRO EM SIGNO QUALITATIVO

Os casos aqui analisados demonstram como os humanos ligados a animais de estimação/companhia atuam diante de uma forma específica de definição da situação (Thomas, 1966 [1923]), que observamos isoladamente como a *situação híbrida de decisão de gasto e valorização da existência*, da qual um animal de companhia pode emergir como existência valiosa e, com isso, preservável como indivíduo por meio de um esforço financeiro. L e F têm consigo animais diferentes, por motivações também distintas. Enquanto o primeiro fez uma série de racionalizações para, em primeiro lugar, decidir por adotar ou não e, posteriormente, que espécie escolher, a segunda nem sequer soube responder prontamente porque tem tantos cães. A trajetória de ambos os entrevistados também os distingue, inclusive os contextos que habitam com seus bichos. Entretanto, essas duas trajetórias se unem em torno da mesma tomada de decisão diante da possibilidade de morte e do sofrimento dos animais: optar por um tratamento veterinário dispendioso economicamente .

Como vimos, F e L, de diferentes maneiras e em seus referidos contextos, ativam um modo calculativo para decidir sobre o tratamento, do mesmo modo que entendem que o efetivar não é um dado absoluto. Tal reflexividade demonstra que o valor da existência de animais de companhia se constitui como dilema moral aberto entre deixar morrer e fazer viver, mas caminha na direção do prolongamento da vida animal, custe o que custar, tendo em vista o lugar que ocupam na intrincada teia de relações com os humanos. Esse processo, portanto, institui novos pressupostos morais que, longe de estarem estabilizados, o que dirá hegemônicos, colocam ainda questões acerca de decisões econômicas particulares.

Essa tensão no diálogo entre valor da existência e dinheiro permite observar, em um primeiro momento, o estabelecimento de um processo histórico em curso, embora ainda frágil, de reconhecimento do animal como outro a quem devemos cuidado. Nessa chave, observamos nos últimos anos a criação de serviços públicos e populares destinados ao tratamento de animais⁷,

7 Além de candidatos ao Legislativo federal, ao estadual e ao municipal que se apresentam em primeiro lugar como representantes de animais domésticos ou da “causa *pet*”, nas eleições de 2022, ao longo da campanha a ONG Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal elaborou uma “pauta mínima animalista”, com propostas de políticas públicas para animais, recolheu assinaturas dos candidatos comprometidos com o programa e divulgou a lista em suas redes sociais, que contam com dezenas de milhares de seguidores.

tais como a criação de hospitais veterinários públicos, a ação de ONGs que realizam consultas e tratamentos gratuitos, campanhas públicas de vacinação e castração, além de um movimento do mercado de criação de clínicas populares. Essas ações podem ser tidas como significativas para pensarmos o reconhecimento do valor da vida animal – notadamente como questão pública, objeto de políticas públicas –, conforme buscam suprir os anseios de humanos sem recursos financeiros para custear o tratamento de seus animais, e apontam, como estamos discutindo, o tratamento médico e, por conseguinte, a despesa médica como índices de valorização dos animais de companhia.

Tratamos aqui, portanto, de situações em que o humano é chamado, diante de um momento decisivo – seja pela urgência seja pela gravidade –, a definir sua posição naquela situação híbrida em que se implicar com um gasto significativo e aderir ou não ao tratamento ainda é uma escolha. Nos casos em que houve a decisão pelo tratamento, oneroso em termos econômicos e no que diz respeito ao tempo dedicado de trabalho ou cuidado, pudemos observar uma espécie peculiar de regime de singularização da vida. Trata-se de uma forma de efetivação da escolha pela preservação da saúde/da vida do animal de companhia, valorizando-o como *existência singular* constituída a partir do entrelaçamento na história dos entrevistados e do humano (e, ao mesmo tempo, tirando partido de uma valorização da existência como justificativa). Desse modo, não caberia falar do valor das vidas animais em si, uma vez que sua importância adquire sentido relacionalmente, por meio de agenciamentos entre humanos e não humanos.

Se pensarmos no processo de singularização envolvido na relação de L e sua família com Amora, este poderia ser considerado mais óbvio, tendo em vista a decisão demorada de adotar um bicho, o momento de sua escolha, que se tornou um evento familiar, e a relação convivial no apartamento. Por outro lado, F não deixa de considerar individualmente seus cinco cães, e, portanto, igualmente singulariza a relação com cada um deles. Observamos, portanto que a singularização e, por consequência, a valorização da existência das vidas não humanas não é um processo fundamentalmente quantitativo, mas qualitativo⁸, já que F reconhece particularmente a presença de cada um deles, quer habitem o quintal quer o canil, e ainda que sejam os filhotes dos antigos cães, mantidos na casa não por uma vontade autoafirmada, mas porque não foram adotados por outras pessoas.

A perspectiva de que o animal de companhia seja pensado em referência à dignidade e ao direito animal – operação mobilizada pelos propriamente militantes em termos filosóficos

⁸ Esse movimento se distancia consistentemente de um discurso sobre a relação com a vida animal como biopolítica (Foucault, 1985) e, no sentido de sua desvalorização, como necropolítica (Mmbembe, 2018). Sobre como a necropolítica precisa ser relativizada analiticamente, ver Rodrigues (2021).

e éticos (Perrota, 2015) – desempenha um papel cultural e histórico na transformação do humano ligado aos animais (uma transformação muitas vezes expressada pela passagem do “dono” ao “pai” de *pet*), mas também na transformação das representações sobre os animais (Bargheer, 2018), que a partir de uma perspectiva normativa deixam de ser tidos como coisas e se tornam sujeitos portadores de uma vida valiosa, em geral nos moldes da vida humana. Os humanos aqui observados valorizam a vida de seus animais para além de tais questões éticas e filosóficas, e mesmo a despeito delas em termos de justificativa. Desse modo, valorizam-nos por tratá-los como criaturas singulares, com identidades demarcadas por biografias (deles e de seus humanos), reconhecidas por meio da convivência interespecífica. Não à toa, seu registro é frontalmente narrativo e experiencial: os humanos espontaneamente contam mais as histórias de seus animais de companhia do que os descrevem e, se o fazem, é para apontar suas peculiaridades e idiossincrasias, aquilo que os torna únicos.

Mas enquanto uma referência à biografia de um humano, próximo ou não, busca a montagem de um *self* independente – mesmo que enunciado em termos de laços (como pai, filho, marido etc.) –, aqui a biografia do animal se imiscui naquele duplo registro já descrito na biografia do humano e é valorizada ao mesmo tempo (e talvez na medida em) que a valoriza. Se nas construções biográficas ligadas ao dinheiro observadas anteriormente (Porto; Werneck, 2021; Werneck *et al.*, 2020) a narração da história de vida do humano buscava a singularidade para construir certa noção de mérito, certa relação entre os investimentos de forma (Thévenot, 1986, 2006) temporais e o recebimento de quantias, explicitando fórmulas de investimento de grandeza mercantil (Boltanski; Thévenot, 2020) plenamente justificadas pela história, aqui o *pet* tem sua vida relacionada a uma grande monta por meio de uma forma doméstica de relação: o animal conforma uma história ao lado do humano e se relaciona com ela como filhos com pais, como amigos ou parceiros de alguém mais velho ou capaz (figuras capacitadas a cuidar), sendo predicados das frases em que esses são sujeitos e, nessa medida, pequenos em grandeza (Boltanski; Thévenot, 2020) e objetos de investimento e cuidado. Por isso mesmo, a explicitação justificadora do grande gasto vem na medida do valor daquela existência *para* aquele humano. São “filhos”, “irmãos” e “amigos” dos humanos que assim os definem (por vezes nominalmente, por vezes actancialmente, por vezes de ambas as maneiras) e os abarcam domesticamente em grandeza.

Enquanto F remete a existência de Valdecir, mistura de *dachshund* com vira-latas, a sua própria linhagem familiar – sendo filha de uma cadela estimada da família que permaneceu na casa pelo gosto ou pela afinidade deles com cães –, L insere Amora na lógica de estruturação de caráter e personalidade de seus filhos. Para L, a perda implicaria sofrimento para as crianças e

para ele próprio, pela importância de Amora “como parte da família”, pelo “amor envolvido”, o que faz, portanto, com que tal decisão ou sua perda não sejam algo trivial, segundo suas próprias considerações. E para F poderia se tratar de perder “uma amizade muito grande”, “uma ouvinte”.

As noções de “família multiespécie”, “pai” ou “mãe” de *pet* são terminologias ainda alvos de críticas em razão de processos constantemente contestados de humanização e/ou antropomorfização – e tensionados inclusive pelos entrevistados. No entanto, para além desses termos, o que as duas histórias humanos-animais aqui discutidas nos mostram é que, por diferentes caminhos, o lugar de afeto ocupado pelos bichos e a importância por eles adquirida na sustentação da vida dos humanos, seja ocupando um papel de escuta seja promovendo uma educação moral aos filhos, são elementos constitutivos do valor de sua existência. Assim, as singularidades de Valdecir, Valentina e Amora repousam, para os humanos que delas cuidam, no valor social de sua existência compartilhada. Nesse contexto, as vidas dos bichos, ao serem tratadas como existências, se tornam valiosas significativamente a ponto de as famílias abdicarem de interesses particulares em nome dos animais como outro a cuja existência atribuem respeito. E, como medida desse reconhecimento, acionam quantias, seja de suas reservas seja por meio de endividamento.

Esse movimento de valorização se espalha sobre a incontornável gramática mercantil aqui em jogo ao promover algumas torções calculativas. Se o valor em uma troca econômica depende, como propõe a economia das convenções que aqui nos serve de referência (Callon; Muniesa, 2005; Callon; Law, 2005; Cochoy, 2008) da construção do valor e do próprio *setting* da troca como “de mercado”, uma troca como a em jogo nesta pesquisa envolve uma economia semiótica particular: a maquinaria calculativa dos agentes mercantis nestes casos é diretamente afetada pelo caráter incontornável do gasto – ainda que este precise ser por vezes ele próprio construído gradativamente, como vimos – até que o dinheiro desapareça como agente quantitativo e reapareça como uma metonímia do próprio valor da existência.

Nesse caso, não é que o montante agigantado sirva como índice quantitativo do amor, mas, como há amor, o agigantamento se converte em esforço *sine qua non* da relação com aquela vida. Nessa chave, montantes calculativos/quantitativos objetivos como R\$ 1,8 mil, R\$ 3,6 mil ou R\$ 15 mil passam por uma transformação na direção qualitativa. Se não, vejamos: esses valores, embora sejam questionados em sua exequibilidade, não o são em seu mérito. F não questiona a justiça do preço dos tratamentos nem L – a posição de maior grandeza mercantil do polo diagnóstico está plenamente justificada por sua composição mercantil-industrial (Boltanski; Thévenot, 2020). As buscas por parcelamento e alternativas mais baratas

de tratamento se relacionam mais à capacidade de fazer jus à despesa do que a de questionar sua justiça mercantil. Nesse horizonte, conquanto compareça nesses casos uma incontornável certa caixa-preta do saber-poder médico/veterinário, tornando menos provável a contestação dos preços, ao mesmo tempo comparece com mais força uma transfiguração sígnica. Como mostra um de nós em um texto em vias de publicação (Werneck, 2024), em certas situações, notadamente naquelas de grande abundância ou grande carência de dinheiro,

[...] o ator econômico [...] pode eclipsar (ou mesmo passar ao largo) [da] parcela quantitativa da comprovação, tornando-a, para (quase) todos os efeitos práticos, *qualitativa*. Nesse caso, a comprovação deixa de versar sobre o preço e passa a versar centralmente sobre a validade da transação.

Cochoy (2008) propõe uma complexificação qualitativa dos processos calculativos, distinguindo cálculo, “qualculo” e “decálculo”. O primeiro é de definição evidente. O segundo corresponde à “delicadíssima avaliação da melhor escolha quando o cálculo não é possível” (Cochoy, 2008, p. 26), isto é, quando o ambiente valorativo é carente de referências. O terceiro, baseado no verbo francês *calquer*, corresponde ao ajustamento comum da avaliação – o “decalque” de um pelo outro. Nosso argumento é que a passagem do quantitativo ao qualitativo em certas avaliações econômicas não depende puramente da impossibilidade de cálculo objetivo, mas algumas vezes da “indefinição da situação” (Werneck, 2020, 2024), isto é, uma condição em que os atores sociais tiram vantagem da postergação da definição de alguma situação ambígua ou multissêmica – isto é um pedido de informação ou uma cantada? Isto é uma consulta médica ou uma conversa sobre futebol? Isto é uma transação econômica ou uma salvação de vida? – sem ignorar que um mesmo momento no espaço e no tempo práticos (na dimensão pragmática) pode simultaneamente corresponder a várias situações analíticas (na dimensão abstrata/metafísica/categorial). Com isso, a valorização da existência por meio do dinheiro passa por uma conversão do próprio dinheiro em elemento nos termos dessa existência.

Nessa chave, R\$ X (R\$ 3,6 mil, R\$ 15 mil), dado quantitativo, se converte em “muito”, para em seguida se converter em “aquilo que precisa ser feito”. Essa operação é ao mesmo tempo sustentada e sustentadora – em um jogo de ovo e galinha – da valorização da existência dos animais de companhia operada pela valorização biográfica. E nesse mesmo diapasão, o animal, convertido em existência preservável, a ser protegida, pela integração à lógica doméstica, adquire outra dimensão, a de uma vida digna de um esforço, do necessário.

Dessa forma, como discutimos, ao se concentrarem em uma definição de situação na forma de um “momento decisivo”, no sentido em que é preciso fazer uma escolha – como dissemos, seja por conta da urgência, seja pela gravidade –, esse processo fica ao mesmo tempo

explicitado, consciente e reflexivo, o que demonstra que o cálculo e a rápida *qualificação* (no sentido de tornar qualitativo o quantitativo) permitiram prospectar um modelo heurístico para captar justamente esse sistema de transfiguração, segundo o qual uma existência ganha a força da dignidade da preservação.

REFERÊNCIAS

1. ABERCROMBIE, Nicholas. **Commodification and its discontents**. London: Polity, 2020.
2. ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
3. BARGHEER, Stefan. **Moral entanglements: conserving birds in Britain and Germany**. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
4. BARGHEER, Stefan. Value change and the pragmatist theory of morality: a response. **Theory and Society**, n. 51, p. 981-995, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11186-022-09498-w>. Acesso em: 13 nov. 2023.
5. BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
6. BOLTANSKI, Luc. **L'Amour et la justice comme compétences: Trois essais de sociologie de l'action**. Paris: Métailié, 1990.
7. BOLTANSKI, Luc. **La souffrance à distance: morale humanitaire, médias et politique**. Paris: Métailié, 1993.
8. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **A justificação: sobre as economias da grandeza**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020.
9. CALLON, Michel; LATOUR, Bruno. "Don't throw the baby out with the bath school! A reply to Collins and Yearly. In: PICKERING, Andrew (org.). **Science as practice and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1992. p. 343-368.
10. CALLON, Michel; MUNIESA, Fabian. Economic markets as calculative collective devices. **Organization Studies**, v. 26, n. 8, p.1229-1250, 2005.
11. CALLON, Michel; LAW, John. On qualculation, agency, and otherness. **Society and Space**, v. 23, n. 5, p. 717-733, 2005.
12. COCHOY, Frank. Calculation, qualculation, calculation: Shopping cart arithmetic, equipped cognition and the clustered consumer. **Marketing Theory**, v. 8, n. 1, p. 15-44, 2008.
13. CRUZ, Larissa Machado. Os direitos dos animais e a "vida" nos matadouros brasileiros: uma análise jurídica nacional e internacional. **Anais da Jornada de Iniciação Científica da FDSM 2019**. Pouso Alegre, Faculdade de Direito do Sul de Minas, 2019. Disponível

- em: <https://www.fdsu.edu.br/arquivos/iniciacao-cientifica/anais-2019/artigos/10.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.
14. DESPRET, Vinciane. From secret agents to interagency. **History and Theory: Studies in the Philosophy of History**, v. 52, n. 4, 2013, pp. 29-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/hith.10686>. Acesso em: 18 nov. 2023.
 15. EMIRBAYER, Mustafa; MISCHÉ, Ann. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 4, p. 962-1023, 1998.
 16. FASSIN, Didier. **Humanitarian reason: a moral history of the present**. Berkeley: University of California Press, 2012.
 17. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
 18. GREIMAS, Algirdas. **Semantique structurale: recherche de méthode**. Paris: Larousse, 1976.
 19. HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
 20. HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu, 2022.
 21. HEINICH, Nathalie. **Des valeurs: une approche sociologique**. Paris: Gallimard, 2017.
 22. HEINICH, Nathalie. **La valeur des personnes: preuves et épreuves de la grandeur**. Paris: Gallimard, 2022.
 23. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2009.
 24. JESUS, Maria Gorete Marques de; GOMES, Mayara de Souza. Nem tudo é o que parece: A disputa semântica sobre a tortura no sistema de justiça criminal. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 361-378, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n2.34139>. Acesso em: 18 nov. 2023.
 25. KARPIK, Lucien. **Valuing the unique: the economics of singularities**. Princeton (EUA): Princeton University Press, 2010.
 26. KAUFMANN, Jean-Claude. **A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo**. Petrópolis: Vozes, 2013.
 27. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Unesp, 1997.
 28. MAZON, Marcia da Silva. “O melhor amigo do homem: Afetos e cachorros no Brasil em perspectiva sociológica”. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 57-77, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.52780/res.14080>. Acesso em: 18 nov. 2023.
 29. MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
 30. MORA, Camilo; TITTENSOR, Derek; ADL, Sina; SIMPSON, Alastair; WORM, Boris. How many species are there on earth and in the ocean? **Plos Biology**, 23 ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1001127>. Acesso em: 13 nov. 2023.

31. NAVES, Bruno Torquato de Oliveira.; VARELA, Ana Maria Alves Rodrigues. Família, família, cachorro, gato, galinha: a família multiespécie e a guarda compartilhada dos animais de estimação, após a ruptura do vínculo conjugal no Brasil. **Consinter: Revista Internacional de Direito**, ano IV, n. VI, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.19135/revista.consinter.00006.18>. Acesso em: 18 nov. 2023.
32. OSÓRIO, Andréa. A cidade e os animais: da modernização à posse responsável. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 143-176, 2013. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/76>. Acesso em: 18 nov. 2023.
33. PEIRCE, Charles S. Divisão dos signos. *In*: PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. São Paulo, Perspectiva, 1977. p. 45-61.
34. PERROTA, Ana Paula. **Humanidade estendida**: a construção dos animais como sujeitos de direito. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
35. PERROTA, Ana Paula. Animais domesticados e desastres: entre a preocupação sanitária e humanitária. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 37, n. 108, e3710811, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3710811/2022>. Acesso em: 18 nov. 2023.
36. PORTO, Camille; WERNECK, Alexandre. O valor de uma existência: uma análise pragmática de valorizações da vida humana em situações envolvendo dinheiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 563-589, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020009>. Acesso em: 18 nov. 2023.
37. RAGIN, Charles; BECKER, Howard Saul. **What is a case?** Exploring the foundations of social inquiry. Nova York: Cambridge University Press, 1992.
38. REZSOHAZY, Rudolf. **Sociologie des valeurs**. Paris: Armand Colin, 2006.
39. RODRIGUES, Eduardo de Oliveira. Necropolítica: uma pequena ressalva crítica à luz das lógicas do “arrego”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 189-218, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/dilemas.v14n1.30184>. Acesso em: 18 nov. 2023.
40. SIMMEL, Georg. **The philosophy of money**. Londres: Routledge, 2011.
41. SÁ, Guilherme José da Silva. **No mesmo galho**: ciência, natureza e cultura nas relações entre primatólogos e primatas. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
42. SALLES, Daniel. Mercado de pets cresce com isolamento social e necessidade de troca de afetos: Setor pet brasileiro foi o de maior crescimento entre os dez maiores mercados do mundo em 2020: 17,8%. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 set. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/09/24/mercado-de-pets-cresce-com-isolamento-social-e-necessidade-de-troca-de-afetos.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2023.
43. SEGATA, Jean. Nós e os outros humanos, os animais de estimação. Tese (doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

44. SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. Accounts. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 46-62, 2008.
45. STARK, David. **The sense of dissonance: accounts of worth in economic life**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
46. THÉVENOT, Laurent. Les investissements de forme. *In*: THÉVENOT, Laurent (org.). **Conventions économiques**. Paris: PUF, 1986, p. 21-71.
47. THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: sociologies des régimes d'engagement**. Paris: La Découverte, 2006.
48. THOMAS, William. **Unadjusted girl: with cases and standpoint for behavior analysis**. New York: Harper and Row, 1966 [1923].
49. VELDEN, Felipe Vander. **Inquietas companhias: sobre os animais de criação entre os Karitiana**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
50. WEBER, Max. **The theory of social and economic organization**. Glencoe: The Free Press, 1947.
51. WERNECK, Alexandre. **A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
52. WERNECK, Alexandre. Obstáculos na “pista livre”: algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da “lei do trânsito” no Rio de Janeiro. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 50, p. 327-355, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i50.a42707>. Acesso em: 18 nov. 2023.
53. WERNECK, Alexandre. Covid para bater boca: o moralismo ostentatório na “disputa de marra” entre o presidente e governadores sobre o enfrentamento da pandemia. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, 2021. Disponível em: <https://www.reflexpandemia2021.org/texto-94>. Acesso em: 13 nov. 2023.
54. WERNECK, Alexandre. A parte e o todo: Uma reflexão sobre o estatuto do social a partir da frase “Se cada um fizer a sua parte...”. *In*: WERNECK, Alexandre; ARAUJO, Marcella (org.). **Reflexões na pandemia: questões sociais, isoladas pela covid-19**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p. 249-269.
55. WERNECK, Alexandre. Apontamentos para uma sociologia da efetivação (isto é, uma sociologia pragmática). *In*: NEVES, Fabrício; CORRÊA, Diogo; PETERS, Gabriel (org.). **Construção conceitual nas ciências sociais**. Rio de Janeiro: Telha, 2023a (no prelo).
56. WERNECK, Alexandre. Is there such a thing as moral phenomenon, or should we be looking at the moral dimension of phenomena? *In*: HITLIN, Steven; LUFT, Aliza; DROMI, Shai (org.). **Handbook of the sociology of morality, vol. 2**. Cham (Suíça): Springer, 2023b, p. 25-41.
57. WERNECK, Alexandre. O milagre da multiplicação: valores, situações e circunstâncias: sobre “A lenda do santo beberão”, de Joseph Roth. *In*: WERNECK, Alexandre; MOTTA, Eugênia (coord.). **Coleção dois pontos: Valores e valorações**. Rio de Janeiro: Mórula,

2024. (no prelo).
58. WERNECK, Alexandre; NOEL, Gabriel David. **A questão dos agenciamentos sociais:** Por uma fundamental recolocação de termos. Texto de trabalho (mimeo), Necvu, 2019.
59. WERNECK, Alexandre; MOTTA, Eugenia; LORETTI, Pricila; CORRÊA, Diogo; SALES, Samantha; TALONE, Vittorio da Gama; PORTO, Camille. **Conflitos de valorização:** as disputas e a administração de diferentes sentidos dos “objetos de valor” entre legal, ilegal, estado e cidadãos no Rio de Janeiro. Relatório de pesquisa, CNPq, 2020.
60. WILKIS, Ariel. **Las sospechas del dinero:** moral y economía en la vida popular. Buenos Aires: Paidós, 2013.
61. WILLIAMS, Christopher John Fards. **What is existence?** Oxford, UK: Clarendon, 1982.
62. ZELIZER, Viviana. “Valuation of human lives”. *In:* ZELIZER, Viviana.. **Economic lives:** how culture shapes the economy. Princeton: Princeton University Press, 2011. p. 13-87.
63. ZELIZER, Viviana. **A negociação da intimidade.** Petrópolis: Vozes, 2011 [2005].
64. ZELIZER, Viviana. **The social meaning of money.** Princeton: Princeton University Press, 2017.

Alexandre Werneck

Professor associado no Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7529-7633>. Contribuição: Pesquisas empírica e bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão do texto. E-mail: av.werneck@ifcs.ufrj.br

Ana Paula Perrota

Professora adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1321-2187>. Contribuição: Pesquisas empírica e bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão do texto. E-mail: anapaula_perrota@hotmail.com